

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 936, DE 2020

Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências.



CD/20419.60519-27

EMENDA MODIFICATIVA Nº

Art. 1º Dê-se ao §6º do art. 5º da Medida Provisória n. 936, de 2020, a redação que segue:

“Art.

5º

§6º O Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda será pago na forma de depósito direto na conta do empregado e, no caso de inexistência desta, será aberta conta salário em instituição financeira pública para este exclusivo fim.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda assegura que o empregado afetado pela redução de jornada ou suspensão do contrato de trabalho receba diretamente, sem intermediários, o

subsídio estatal destinado à complementação salarial. Trata-se da forma de pagamento mais acessível, simplificada e segura para a percepção tempestiva dos benefícios pelo empregado.

Por tal razão, solicitamos a aprovação desta emenda.

Sala das sessões, em de de 2020.

Deputado ALESSANDRO MOLON
Líder do PSB

